

Margens do Atlântico em português: persistências  
coloniais e insurgências na literatura e a na arte

A especificidade da formação política e cultural moderna a que pretendo chamar de Atlântico negro pode ser definida, em um nível, por este desejo de transcender tanto as estruturas do estado-nação como os limites da etnia e da particularidade nacional. Estes desejos são pertinentes ao entendimento da organização política e da crítica cultural. Eles sempre se sentiram pouco à vontade com as escolhas estratégicas impostas aos movimentos negros e com indivíduos imbricados em culturas políticas nacionais e estados-nações na América, no Caribe e na Europa.

*(O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência – Paul Gilroy)*

Quem me pariu foi o ventre de um navio

Quem me ouviu foi o vento no vazio

Do ventre escuro de um porão

Vou baixar no seu terreiro

Êpa raio, machado e trovão

Êpa justiça de guerreiro

*(Yáyá Massemba – Roberto Mendes e José Carlos Capinan)*

Desenhar as coordenadas literárias e culturais do Atlântico em língua oficial portuguesa a partir das suas margens assenta em pelo menos dois movimentos. O primeiro compartilha as tensões e os anseios que alimentaram a literatura comparada desde o seu surgimento enquanto campo de estudo: a insatisfação perante perspectivas centradas na Nação e a urgência de um diálogo transcultural, focado nos contatos e nas interlocuções itinerantes entre autores e textos, bem como nas afiliações e solidariedades extranacionais que moldaram as produções culturais ao redor do globo. Teóricos do “mundo Atlântico”, apesar das diferentes abordagens metodológicas e das diversas perspectivas teóricas e políticas, concordam em destacar a centralidade das trocas oceânicas para a construção de um *ethos* moderno, das dinâmicas e hierárquicas de poder impostas a partir das viagens europeias e dos seus desdobramentos pós-modernos e pós-coloniais. Em *Black Atlantic Religion: Tradition, Transnationalism, and Matriarchy in the Afro-Brazilian Candomblé* (2005), escreve J. Lorand Matory (2018, p. 237)<sup>1</sup>, “Os diálogos translocais têm sido, ao longo da história, ocasiões para a articulação, a reificação e a criação de comunidades, do eu coletivo produzido pelo encontro antagonístico, cooperativo e complementar com o Outro recém-encontrado e recém-construído”.

---

<sup>1</sup> A tradução em português do capítulo 7 do estudo referido encontra-se publicada em *Histórias afro-atlânticas* (2018), vol. 2, organizado por Adriano Pedrosa, Amanda Carneiro e André Mesquita.

As diásporas e os fluxos migratórios de vária natureza fizeram do Atlântico uma Zona de contato (PRATT, 1999) cujas fronteiras – as mesmas que, dentro da “ordem estadocêntrica” (*ordine statocentrica*), simbolizam o domínio do Estado e o seu direito à exclusão, à recusa da hospitalidade (DI CESARE, 2017) – tornam-se *places de passages* (HALL, 2013), espaços porosos nos quais o endógeno e o exógeno se confundem, subvertendo qualquer mitologia da origem. Como nos lembra Stuart Hall (2013, P.49), “a cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar”. Poderosa metáfora, o mar, com o vai e vem das ondas, os seus fluxos e refluxos, desenhou as culturas em processos seculares de desterritorialização, disseminação e disjunção (APPADURAI, 1990), que sobrepõem e embaralham espaços e temporalidades. Subjaz, portanto, à veemente recusa do isolacionismo nacional das culturas, a visão de um mundo interligado, de geografias que a história, com os seus trânsitos de corpos, ideias e tecnologias, preocupou-se de aproximar, frequentemente de forma violenta e excludente.

Ressaltar a violência patente e a mecânica da exclusão que permeia tais relações introduz o segundo movimento que sustenta a organização desse dossiê. Trata-se de um movimento em direção às margens, um olhar cosmopolita voltado para as múltiplas periferias oceânicas. De fato, como lembra Silviano Santiago no seu célebre ensaio “O cosmopolitismo

do pobre” (2004), interrogar as margens significa obrigatoriamente multiplicar as geografias. Se o expansionismo marítimo moderno erigiu hierarquias rigorosas que, ao privilegiar um único ator – o homem europeu, corpo político do Estado-nação –, fizeram do dentro e do fora categorias supostamente imunes às tantas formas de contaminação mútua, ressaltando a ficção da homogeneidade, a “«nave de loucos» da pós-modernidade” (SANTIAGO, 2004, p. 52) ampliou numa escala exponencial os fluxos de indivíduos atraídos pelas luzes sedutoras dos centros econômicos e financeiros, tornando ainda mais complexo suportar tal ficção. É nas fendas dessas dinâmicas que um diverso multiculturalismo insurge. Um multiculturalismo que, como diz Santiago (2004, p. 59), “pretende (1) dar conta do influxo de migrantes pobres, na maioria ex-camponeses, nas megalópoles pós-modernas, constituindo seus legítimos e clandestinos moradores, e (2) resgatar, de permeio, grupos étnicos e sociais, economicamente desfavorecidos no processo assinalado de multiculturalismo a serviço do estado nação”.

A aproximação proposta pelo intelectual brasileiro entre os migrantes contemporâneos e os subalternizados nos longos processos coloniais e escravistas – que no ensaio citado tem como pano de fundo uma cativante reflexão que vai de *Viagem ao começo do mundo* (1997), de Manoel de Oliveira, até as redes afro-atlânticas tecidas por Clara Nunes e Martinho da

Vila – encontra ulteriores desdobramentos no âmbito da literatura comparada, principalmente naqueles estudos interessados em debater a política intrínseca à circulação de textos e autores. Perspectiva, essa, que ganhou sempre mais relevância a partir, pelo menos, da década de noventa, com a densa interlocução entre comparatistas e teóricos ligados aos Estudos Culturais.

Em *Quem canta o Estado-nação? Língua, política, pertencimento* (2018) Judith Butler e Gayatri Spivak propõem um diálogo prolífico entre literatura comparada e estados globais, com o intuito de pensar formas pós-nacionais de pertencimento e de oposição política. A manifestação organizada em Los Angeles em 2006, durante a qual migrantes ilegais cantaram o hino nacional estadunidense em espanhol, no mesmo ano em que o então presidente, George W. Bush, tinha afirmado que a única língua possível para o hino seria o inglês<sup>2</sup>, serviu de estopim para a conversa entre as pensadoras. Interessa aqui destacar como para as duas intelectuais, em diálogo explícito com os textos de Hannah Arendt, as “minorias” nacionais – historicamente produzidas enquanto minorias políticas, embora nem sempre numéricas –, assim como os apátridas, os refugiados e os demais migrantes ilegais estariam *a priori* desprovidos das condições de pertencimento jurídico, pois o Estado-nação é sempre pensado como singular e homogêneo: “para produzir

2 <https://www.nytimes.com/2006/04/28/us/bush-says-anthem-should-be-in-english.html>. Acesso: 02/04/2022.

a nação que serve como base para o Estado-nação, essa nação precisa ser purificada de sua heterogeneidade” (BUTLER, SPIVAK, 2018, p. 37). Em ambos os casos, tanto dos migrantes contemporâneos como das minorias historicamente constituídas, tratar-se-ia de uma humanidade espectral condenada à condição precária, ou seja, “aquela condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e económicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, às violências e à morte” (BUTLER, 2019, p. 46).

Nesse cenário, interrogar as escritas do Atlântico a partir das margens impõe uma sistemática abertura à *différance* – derridiana subversão –, ultrapassando uma perspectiva que não compreende a multiplicidade de subjetividades e culturas, e relega o Outro à sua precariedade. Ao mesmo tempo, trata-se de pensar essas experiências liminares não apenas como espelhos que refletem as práticas violentas do poder, ainda em continuidade com as que desenharam a modernidade a partir dos seus contornos coloniais e escravistas, mas também enquanto prática de sobrevivência e de re-existência, que passa pela produção de estéticas, teorias e discursos contra-hegemônicos. As leituras de autoras e autores quais Ana Maria Gonçalves, Conceição Evaristo, Djaimilia Pereira de Almeida e Machado de Assis, entre outros incluídos nesse dossiê, evidenciam essa urgência. Igualmente, a partir das margens e em perspectiva oceânica será possível

vislumbrar, com essas reflexões, formas de pertencimento extranacional, maneiras de habitar e coabitar os diversos espaços de forma crítica. Uma literatura anfíbia, como diria Silviano Santiago (2004, p. 64-74), que transita em simultâneo nos domínios da arte e da política, cujo imperativo moral age tanto na esfera da representação, quanto na da estética, fomentando o dissenso necessário para moldar um comum compartilhável, pois, como afirma Jacques Rancière (2012, p. 64), “esse é o trabalho da ficção. Ficção não é criação de um mundo imaginário oposto ao mundo real. É o trabalho que realiza *dissensos*, que muda os modos de apresentação sensível e formas de enunciação, mudando quadros, escalas ou ritmos, construindo relações novas entre a aparência e a realidade, o singular e o comum, o visível e sua significação”.

O Atlântico que essas margens tecem configura-se, portanto, como definitivamente outro em relação às demandas de clausura subjacentes à imposição das fronteiras. A sua abertura é existencial, pois no mar há sempre algo além da linha do horizonte; sólida, numa tradição crítica que, embora tenha privilegiado específicas conotações – ora linguísticas, ora raciais, apenas para mencionar alguns exemplos – nunca recusou os contatos com outras geografias. Sintomática a ressalva de J. Lorand Matory (2018, p. 240), no ensaio já citado:

Eu faço uso dos termos “Atlântico negro” e “afro-atlântico” de maneira heurística, sem a intenção de exagerar o isolamento dessa super região geográfica com respeito às outras zonas delineadas por perímetros oceânicos ou desérticos ou com respeito a outras “raças” no perímetro Atlântico. O Atlântico negro não está isolado da orla do Pacífico ou do perímetro do Oceano Índico [...]. Sim, essa zona geográfica é antiga, intensa e densa com interconexões políticas, comerciais e discursivas dentro de suas fronteiras, mas não é hermética. Os europeus, os euro-americanos e os americanos nativos estão envolvidos de maneira central no diálogo afro-atlântico [...].

Igualmente, o Atlântico dessas páginas mergulha nas águas do Índico, acompanhando o diálogo literário entre Ondjaki e Luís Bernardo Honwana, ou então os versos do poeta Virgílio de Lemos. Sempre com Ondjaki, banha-se no Mediterrâneo, onde também ecoam algumas das referências linguísticas e musicais transformadas em samba pela voz de Adoniran Barbosa; vai continente adentro, quando com Violeta Branca canta o Amazonas ao feminino.

É, de fato, um oceano de fluxos e conexões ora explícitas ora implícitas. Tal abertura não pode deixar de envolver também o plurilinguismo do Atlântico. Se a língua portuguesa serve para desenhar proximidades analíticas no interior de um universo que seria, ao contrário, demasiado amplo, o contato com outras geografias linguísticas e culturais enriquece as reflexões sobre dinâmicas e movimentos que são, efetivamente, compartilhados. Assim, investigar o cinema

negro norte-americano torna-se uma maneira para refletir problemáticas sociais e mecanismos de exclusão que afetam também a realidade social brasileira. Da mesma forma, a tensão entre o rural e o urbano, o ocidental trazido pelo colono europeu e o tradicional africano em Buchi Emecheta, levanta questões que abrangem também narrativas em português. Dentro dessa relação tensa entre o autóctone e o colonizador insere-se também a abertura, necessária, para línguas não europeias, como no caso das análises em torno da produção musical de intervenção em kimbundo – cuja tradução para o português era, de fato, ainda inédita. Trazer esse material, possibilitar sua publicação e divulgação serve também para evidenciar como, no âmbito atlântico e não só, os contextos da língua portuguesa sejam também espaços de tensão e disputa. Entre outras reflexões crítico-teóricas, que abrangem conceitos em volta do bem-estar negro e das encenações do amor entre mulheres na literatura, considerações em torno das possibilidades de um diálogo sul-sul sobre a lusofonia reforçam a urgência de descolonizar ideias e noções que se pretendem consensuais.

Qual o Atlântico que então se delinea por trás dessas numerosas contribuições teóricas, literárias, cinematográficas e musicais? Nas entrelinhas desses dezanove textos (ou vinte?) que compõem o dossiê, o Atlântico que emerge pelas suas margens é, de fato, um “entre-lugar”, um espaço poroso que absorve de

várias fontes culturais, que subverte as normas impondo o desvio, que corrói limites e fronteiras. Nesse cenário, o que Silvano Santiago escreveu sobre o “entre-lugar” do discurso latino-americano, vale também pelas escritas do Atlântico reunidas nessas páginas: “entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão — ali, nesse lugar aparentemente vazio, seu templo e seu lugar de clandestinidade, ali, se realiza o ritual antropófago da literatura latino-americana” (SANTIAGO, 2000, p. 26). Igualmente, na absorção de modelos dissonantes, no carnaval das alteridades e no ímpeto subversivo das multidões que desenham as culturas do Atlântico, convidamos os leitores a ler estratégias de insurgência e formas alternativas de pertencimento: a política na arte e arte como dispositivo da política.

Emerson da Cruz Inácio  
Luca Fazzini<sup>3</sup>  
Roberto Francavilla

---

<sup>3</sup> A colaboração do pesquisador insere-se no âmbito do projeto “Escritas do Atlântico: perspectivas pós-coloniais para um comparativismo em português” (2019/27834-5), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

## Referências

- APPADURAI, Arjun. Disjuncture and difference in the global cultural economy. *Public Culture*, n.2, 1990, p. 1-24.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão, Arnaldo Marquês da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- BUTLER, Judith, SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Quem canta o Estado-nação?* Língua, política, pertencimento. Trad. Vanderlei J. Zacchi, Sandra Goulart Almeida. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2018.
- CARNEIRO, Amanda, MESQUITA, André, PEDROSA, Adriano (Orgs.). *Histórias afro-atlânticas: [vol 2] antologia*. São Paulo: MASP, 2018.
- DI CESARE, Donatella. *Stranieri e residenti. Una filosofia della migrazione*. Torino: Bollati Boringhieri, 2017.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. SOVIK, Liv (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- PRATT, Mary Louise (1991) Arts of the Contact Zone. In BARTHOLOMAE, David, PETROKSKY, Anthony (Edit.). *Ways of Reading: an Anthology for Writers*. New York: Bedford/St. Martin's, 1999, p. 485-497.
- RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000
- SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2004.